



DEMOCRACIA HOJE

Paira sobre o país uma grande interrogação. Paira sobre o mundo uma grande perplexidade. No momento em que o descrédito da política se estende a novos e velhos países, ~~é de um problema de civilização que se trata~~ É posta em causa a capacidade das formas actuais de democracia para responderem aos problemas da humanidade hoje e no futuro. A democracia separou-se da ética nos

princípios que a devem orientar. Mas separou-se igualmente da técnica na sua prática quotidiana. E, fenómeno paradoxal, separou-se

do J. esteio da ^{salvação} do Estado e do ^{apenas de reusar a palavra vitor} ligam ao povo.

Ao fazer estas afirmações, não esqueço que há correntes, algumas visíveis, outras ainda subterrâneas, onde está em gestação uma outra maneira de viver em sociedade, em reformulação alguns dados fundamentais da ciência e da prática políticas, e quem sabe?, até novas perspectivas.

Reconheço que há alguma vantagem, nos caminhos do nosso percurso dito "democrático", em termos atravessado numa geração várias etapas. Sonhos, desilusões, certezas de que teria sido possível, desgaste dos grandes ideais sentidos logo muito cedo por alguns de nós, lutas difíceis, mas sempre, sempre a esperança. É hoje ainda essa esperança que me anima. Seduz-me, como tarefa urgente, tentar ver onde se esboçam novos fundamentos para a democracia.

A democracia O quadro democrático tradicional

Não tenho dúvida de que, para que a democracia seja viável no séc. XXI, é preciso um outro recomeço. Mas não se trata de partir do zero. Pelo contrário, fazer a recuperação da história para que seja possível dar um salto. E descobrir, vislumbrar, intuir novos paradigmas e assim, talvez, inventar a democracia.

Um breve comentário sobre as formas da democracia que tentámos enriquecer e aprofundar:

1) a democracia formal a requerer a qualidade dos eleitos, o seu prestar contas a quem os elegeu, o funcionamento de todos os mecanismos constitucionais, desde o Conselho de Estado até às Altas Autoridades para isto e para aquilo, os Conselhos independentes de que não foram seguidas as grandes orientações

de fundo (bioética – saúde), o reforço da componente semi-presidencial do regime.

- Como pode um deputado contribuir para essa tarefa decisiva se a sua inclusão em listas foi objecto de trocas e compromissos e não necessariamente o resultado da escolha entre os melhores?

2) A democracia participativa, apesar de algum progresso, incipiente é certo, que se verificou nos últimos vinte anos, foi um primeiro esboço do Terceiro Sector a ganhar voz no diálogo Estado/sociedade

- Mas como pode aceitar-se o travesti da democracia participativa nas formas de intervenção pública de grupos corporativos a que não resistiram sequer as Forças Armadas?

3) a democracia directa, essa, não passou de formas ingénuas (manifestações, protestos, etc.)

- Apesar de ter sido ensaiado no nosso país um aspecto da democracia directa em que decisões devidamente estudadas foram confirmadas pelos órgãos populares ou imediatamente implementadas, delas só ficou "a sagração do rei"...
- Como podem os políticos pensar que o rodopio em período eleitoral substitui a democracia directa?

- É, no entanto, os meios informáticos permitem-nos a democracia interactiva.

Há, sem dúvida, muito a fazer nestes domínios mas não chega.

Entramos em outros paradigmas que ^{nasceram} ~~nasceram~~ da reflexão sobre o mundo e ^{a partir das} ~~de todas~~ as transformações que tiveram lugar nos últimos 20 anos. Os novos paradigmas hão-de conduzir-nos a novas maneiras de vivermos em conjunto.

↳ e da reflexão q' sobre elas foi feita. É m/ convicção de q'

Um grande bispo da Igreja nos primeiros séculos do cristianismo disse uma vez o seguinte:

"Quem é sábio que nos ensine;
quem é santo que nos edifique;
quem é prudente que nos governe."

Ora a prudência é a constante adequação dos meios aos objectivos que queremos atingir. O que torna claro que o **exercício da política exprime-se na acção.**

A acção política
- a é tempo
- n é obra pessoal

Fundação Cuidar o Futuro

Não me parece compatível essa acção com a reflexão de analista político que produzem certos políticos – governantes ou parlamentares – quando estão no exercício das suas funções. Essa confusão continua presente na atitude de políticos que, tendo tido na mão a possibilidade de agir quando exerceram funções electivas, vêm dizer depois o que “deve ser feito”! Quem assume uma função política não desperdiça essa rara oportunidade em intervenções de mera “opinião” – tem consigo os instrumentos necessários para intervir através das funções de Estado que lhe foram conferidas.

Por isso a governabilidade exige hoje Estados fortes, protagonistas da acção política que conheçam a realidade nos seus múltiplos aspectos e com uma noção muito clara das oportunidades e limites da acção política. E isto a vários níveis. *de decidir / congregar / agir.*

Ao nível da **decisão**: perante as várias escolhas possíveis, a decisão é simultaneamente técnica e política. Técnica porque só pode ser incorporado na decisão o que fôr tecnicamente irrefutável. Política porque fiel a uma orientação, a uma finalidade, a um entendimento lúcido do tempo presente.

- Não é no momento em que é necessário decidir que se vão criar comissões para partir do zero e esquecer o muito que já foi escrito ou até os resultados encontrados noutros países.

Ao nível da **coesão** que suscita: perante as forças irracionais das pressões corporativas e dos consensos que são sempre rasteiros menores denominadores comuns, a coesão exige não só a verdade mas também a acessibilidade dessa verdade.

- Qualquer que seja a decisão política e qualquer que seja a sua dignidade jurídica deve ser imediatamente transmitida, pelas formas mais convincentes, a todos os cidadãos. O euro foi, nesta perspectiva, um exemplo a seguir. Não pode haver ~~unidade nacional e solidariedade internacional~~ ^{unidade} sem permanente **literacia política** ~~para~~ ^{para} todos os cidadãos, qualquer que seja o seu estatuto.

Ao nível da **acção**: é aí que se manifesta o risco da imprevisibilidade. A clareza de objectivos, /a lucidez sobre as motivações, /a medida da provável eficácia da acção, /a solidão necessária à independência dos decisores ao iniciar a acção, /a utilização rigorosa da variável tempo / dão a medida exacta do empenhamento na acção. / Não agir é sempre negligência. Porque

se partem os elos que ligam os vários aspectos da vida. Uma decisão tomada e anunciada só se torna politicamente real quando se traduz na acção que lhe corresponde.

O suporte administrativo da act. política

A todos estes níveis a Administração Pública é indispensável já que ela é a cadeia de execução directa do governo, constitucionalmente seu órgão superior. Em alguns países europeus, incluindo o nosso, a administração pública está longe de ser, de facto, o serviço público, com o grau de autonomia e responsabilidade que lhe cabe.

- Nas 2 últimas décadas a Adm. Pública tem-se esvaziado dos seus melhores quadros para recheiar os gabinetes ministeriais. E perdendo assim a sua capacidade executiva. *→ os gabinetes*
- Mais: não é raro que a todos os níveis dos órgãos do Estado funcionem como filtro e écran, distanciando os políticos dos cidadãos. *e criando ao T. político uma corte submissa*

Considero que a próxima legislatura devia começar com uma sessão conjunta dos directores gerais e Governo. Aí cada funcionário deveria trazer delineado a parte que lhe cabe do programa de acção do Governo e a indicação dos patamares de execução. Ir-se-ia elaborando um quadro que garantisse o dinamismo da acção governamental e que fosse regularmente disseminado a toda a população.

A gov. e a incerteza

Não é indiferente à governabilidade a instabilidade e a incerteza que caracterizam o universo material dos seres e dos fenómenos e experimentada hoje com uma especial acuidade no mundo em que vivemos. *em vez*

- Toda a instabilidade é ainda experimentada como uma ameaça, nunca como um desafio. Talvez seja essa a razão para o mito de maiorias absolutas, a esconder o medo sub-liminar do desconhecido.

- Ao mesmo tempo - e na teoria - toda a gente que defende a liberdade de consciência recebe o monolitismo da disciplina partidária face a qualquer problema. Mas como conciliar essas duas posições? *proposta.*

5



Em primeiro lugar, a instituição parlamentar tem de brotar da sociedade civil. Há mais de 20 anos que os politólogos denunciam os perigos da política profissional.

Também julgo que um dia a instituição parlamentar lidará em moldes inteiramente novos com a incerteza. Só se sentirá fiel à representatividade das convicções plurais da sociedade e ao alargamento dos saberes na sociedade de informação se abandonar as maiorias automáticas ditadas pelos partidos para seguir o caminho das "maiorias de ideias".

Em segundo lugar, quanto maior é a imprevisibilidade, mais necessário se torna o conceito que caracterizou a actividade política nas décadas de 50 a 70 e que é indispensável hoje na vida científica e empresarial - o conceito de planeamento. Mas a política ainda não foi capaz de se apropriar dele e de o tornar operacional, conduzindo-o, antes, a uma quase total deriva. Com o fim da economia de planificação central nos países comunistas, o conceito de planeamento sofreu, ao nível do Estado, uma derrocada geral.

O planeamento é hoje muito mais difícil tecnicamente e muito mais exigente politicamente. Basta ter em linha de conta que o curto, médio e longo prazo do planeamento têm regras e actores diferentes *mas não existe entretecem ou uma contagem decrescente!*

- O curto prazo é a matéria sobre que incide a acção governativa quotidiana e as tarefas que, sem qualquer justificação para serem adiadas, daí decorrem para administração pública.

- O médio prazo (de uma legislatura, p.ex.) é a ordem de prioridades estabelecida, a sua avaliação contínua, a clarificação dos seus patamares de execução no tempo, o entozamento do poder local com o poder central.

- O longo prazo é o horizonte último da acção política que permite perspectivar cada decisão. Nele intervêm com vantagem órgãos qualificados exteriores à administração pública. Não pode haver acção coerente sem o longo prazo. A acção política não pode ser uma manta de retalhos. É a concretização de uma visão. É a implementação sistémica de um projecto. Bill Gates disse há duas semanas numa entrevista à visão:



- "A rentabilidade importa tanto como a investigação a longo prazo."
- Ora se as empresas são cada vez mais dependentes da investigação a longo prazo, justamente porque o futuro é imprevisível e incerto, por que razão o universo político funciona mais como uma corporação de bombeiros?

Evidentemente que o planeamento a longo prazo na vida política é difícil, mas há hoje instrumentos matemáticos, conceitos das ciências sociais e programas informáticos que tornam possível as projecções em que hoje se exprime o planeamento e à sua rápida adaptação a possíveis turbulências. No seu livro "Le retour du complexe", Ilya Prigogine, salvaguardando embora as diferenças epistemológicas entre as ciências da natureza e as ciências humanas.

q e indicadores

Ética orientando a rep política.

É o carácter imprevisível do futuro que, paradoxalmente, intensifica a exigência da ética no horizonte da vida política. Quando falo em ética, não estou a referir-me à deontologia de cada actividade e assim também da actividade política. Essa deontologia é tão importante como qualquer outro conteúdo especializado da formação profissional e a esse nível deve ser parte crucial de qualquer curriculum. Ao falar em ética, estou a situar a questão a outro nível, aquele que extravasa de um domínio específico para poder vir a ter uma influência decisiva na evolução e mesmo sobrevivência da humanidade.

É a meu ver indispensável, para uma democracia que viva os problemas do nosso tempo, que esteja permanentemente presente o princípio de que "nem tudo o que é cientificamente possível e tecnologicamente viável é socialmente aceitável". Este princípio traduz-se em corolários operacionais de que são exemplo: "Conselhos Nacionais de Bio-ética", "Conselhos de Avaliação de Novas Tecnologias", "Conselhos de ética sobre a 'mistura' de energias", "Conselhos de regulação dos media", etc.

mediários

Em todos estes casos se deve tratar de grupos formados pelas pessoas mais competentes existentes no país, independentes de qualquer pressão tanto do Estado como do mercado.

Ao falar em ética, estou a situar a questão a outro nível, aquele que extravasa de um domínio específico para poder vir a ter uma influência decisiva na evolução e mesmo sobrevivência da humanidade.

É a meu ver indispensável, para uma democracia que viva os problemas do nosso tempo, que esteja permanentemente presente o princípio de que "nem tudo o que é cientificamente possível e tecnologicamente viável é socialmente aceitável". Este princípio traduz-se em corolários operacionais de que são exemplo: "Conselhos Nacionais de Bio-ética", "Conselhos de Avaliação de Novas Tecnologias", "Conselhos de ética sobre a 'mistura' de energias", "Conselhos de regulação dos media", etc.

Em todos estes casos se deve tratar de grupos formados pelas pessoas mais competentes existentes no país, independentes de qualquer pressão tanto do Estado como do mercado.

Organizar intersectorial da acção política

Uma das formas em que se manifesta a fraqueza do Estado é a permanência da sua irracional organização com divisões departamentais anacrónicas que têm atravessado as décadas.

A democracia faz parte dos sistemas complexos; ~~para que funcione~~ em novos moldes tem de ir buscar à teoria dos sistemas alguns dos seus princípios fundamentais.

O entendimento hoje dos saberes e ^{as decisões} da acção ^{são} é necessariamente sistémico. Se o saber é interdisciplinar, a organização do Estado terá de ser intersectorial. // A sociedade não se manifesta hoje em áreas parcelizadas; antes, em sectores estruturantes onde se conjugam múltiplos ~~sub~~ sistemas.

O Estado não pode ignorar que as condições da sua própria organização são determinantes da eficácia da sua prática política.

Enquanto as décadas de 60 e 70 se caracterizaram pelos grandes movimentos sociais, de ideários inequívocos e de orgânica não escrita mas intuída, hoje os novos movimentos sociais, parte integrante do terceiro sector, apresentam a mesma fluidez que se

